Aos Cooperados e Administradores da COOP Cooperativa de Consumo - Santo André - SP - Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da COOP Cooperativa de Consumo ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras e perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades cooperativas. Base para opinião com ressalva: Identificamos inconsistências nos cálculos dos valores da amortização do ativo intangível e da depreciação do ativo imobilizado, contabilizados no resultado do período, apurados pelo sistema computadorizado utilizado pela Cooperativa para controlar esses ativos. Como resultado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas de amortização e depreciação estão subavaliadas em R\$ 5.109 mil e R\$ 23.581 mil, respectivamente. Consequentemente, as sobras ou perdas e o patrimônio líquido estão a maior em R\$ 18.935 mil, após os efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais esponsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos** - *Demonstrações* financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor: O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes das reclassificações nas rubricas contábeis descritas na nota explicativa 5, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 26 de fevereiro de 2019. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2019, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 5 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações

asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2018 tomadas em coniunto. Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. elaborada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração estar conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação os aspecios reievantes, segundo os criterios delinidos delinidos reseaventes en relación de consistención de consistención de acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nosas responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a contades adotadas no blasia e peros como es mientos que ela determina como la termina de elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstraçãos financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, inanceiras de 2018. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não formos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevan existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante aproprieda e sunticente para influente más introsa opinido. O risco de nao detecção de distorção feederalite resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração, • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relev em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou inclui modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras poden levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo (SP), 13 de março de 2020. **ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. -** CRCda Cooperativa referentes ao exercício de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa 2SP034519/O-6 Drayton Teixeira de Melo - Contador CRC-1SP236947/O-3.

▼ Prefeitura Municipal de Santo André

OUVIDORIA DA CIDADE DE SANTO ANDRÉ. Atendendo o disposto no artigo 34, da Lei Municipal 10.257 de 02 de Dezembro de 2019, o Colegiado da Ouvidoria da Cidade de Santo André faz publicar seu novo Regimento Interno, que foi aprovado por unanimidade dos membros presentes em reunião plenária realizada em 12 de Março de 2020, em sua sede cita Rua Dona Elisa Fláquer, 37 - Centro - Santo André / SP. REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO DA OUVI-DORIA DA CIDADE DE SANTO ANDRÉ - CAPÍTULO I -NATUREZA E FINALIDADE. ARTIGO 1º - O Colegiado, instituído pela Lei Municipal 7.877 de 30 de agosto de 1999, com posterior alteração feita pela Lei Municipal 10.257 de 02 de dezembro de 2.019, é um órgão de deliberação colegiada, composto pela sociedade civil, sem vínculo de subordinação a nenhum poder constituído, tendo seu funcionamento regular nenhum poder constituído, tendo seu funcionamento regular nenhum poder constituído, tendo con capacida interna. lado pelo presente regimento interno. CAPÍTULO IĬ -COMPOSIÇÃO, INDICAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS. ARTIGO 2º- O Colegiado é constituído de acor do com a composição prevista no artigo 19º da Lei Municipa 10.257 de 02 de dezembro de 2019. ARTIGO 3º - Perderão do com a composição prevista no artigo 19º da Lei Municipal 10.257 de 02 de dezembro de 2019. ARTIGO 3º - Perderão o mandato os representantes que não comparecerem a 02 (duas) reuniões consecutivas ou a 03 (três) intercaladas no ano, salvo se a ausência cocrere por motivo de força maior, justificada, por escrito, ao Colegiado. ARTIGO 4º - Em caso de renúncia, morte ou perda de mandato do representante, as entidades, ou organizações terão 30 dias para indicar um representante substituto que complementará o mandato do representante auterior. Parágrafo Unico: Para as substituições dos representantes dos segmentos previstos nos incisos VII, VIII e IX do artigo 19º da Lei Municipal 10.257 de 02 de dezembro de 2019, o Colegiado deverá realizar reunião do segmento em questão, convocada com o fim específico de eleger o representante para a vaga em aberto. CAPITULO III - ESTRUTURA, ATRIBUIÇÕES E CONSIDERAÇÕES GERAIS. ARTIGO 5º - O Colegiado estrutura-se das seguintes formas: I. Plenária Geral; II. Coordenação Executiva; III. Comissões Especiais; IV. Grupos de Trabalho. ARTIGO 5º - A plenária geral é órgão de deliberação plena e conclusiva, configurada pela reunião ordinária ou extraordinária dos membros do Colegiado designados, que cumpram os requisitos de funcionamento estabelecidos neste regulamento. ARTIGO 7º - As atividades do Colegiado serão dirigidas pela Coordenação Executiva, eleita pelo Colegiado através de voto direto de seus integrantes e por maioria simples, composta de I. Coordenador; II. Supelnet de Coordenaçõe. la pelo Colegiado atraves de voto direto de seus integrantes e por maioría simples, composta de: I. Coordenador; II. Suplente de Coordenador; III. Secretário. Parágrafo Único: O mandato da Coordenação Executiva é de 03 (três) anos, sendo permitida a recondução por igual período. ARTIGO 8º - O Colegiado poderá instituir, por prazo determinado, comissões especiais ou grupos de trabalho para análise. elaboração de propostas, pareceres e recomendações que subsidiem as decisões da plenária. Parágrafo Primeiro: As comissões especiais ou grupos de trabalho serão compostos pelos representantes que compõem o Colegiado, assim como, por representantes da equipe da Ouvidoria da Cidade de Santo André, quando convidados. Parágrafo Segundo: O Colegiado poderá convidar entidades, autoridades, cientistas e técnicos nacionais ou estrangeiros, para colaborarem en studos ou participarem de comissões ou grupos de trabalho. ARTIGO 9º - A Plenária do Colegiado compete: I. Eleger a Coordenação Executiva, escolhendo-a dentre seus membros; II. Deliberar sobre os assuntos encaminhados à apreciação do Colegiado; III. Propor e deliberar sobre alterações deste regimento; IV. Apreciar e aprovar as atas de suas respectivas reuniões; V. Deliberar sobre os pedidos de impugnação de candidaturas ao cargo de Ouvidor; VI. Sabatinar os candidatos; VII. Eleger o Ouvidor; VII. Receber compromisso público do Ouvidor de não concorrer e nem coordenar campanha à primeira eleição subseqüente ao término de seu mandato, seja Municipal, Estadual ou Federat; IX. Apreciar e aprovar o plano de trabalho do Ouvidor; X. Promover ampla divulgação do plano de trabalho do Ouvidor; X. Promover ampla divulgação do plano de trabalho, de acordo on o artigo 29º, Parágrafo Unico da Lei Municipal 10.257 de 02 de dezembro de 2019; XI. Subsidiar e acompanhar as atividades do Ouvidor; XII. Apreciar e avaliar o relatório anual dos atendimentos e atividades realizados pela Ouvidoria; XIII. Destituir o Ouvidor nos casos previstos em lei. ARTIGO 10 - A coordenação Executiva do Colegiado; III. Aplicar as sanções disciplinares previstas no artigo 22 desse regimento; IV. Receber as inscrições dos candidatos ao cargo do Ouvidor; V. Receber documentação dos candidatos e das entidades que os indicam; VI. Avaliar os documentos; VII. Receber pedidos de impugnação e candidatos e das entidades que os indicam; VI. Avaliar os documentos; VII. Receber pedidos de impugnação de candidatos para apreciação do Colegiado; XI. Encaminhar pobleações, indicações, indicações e derema da do Colegiado; VI. Ercaminhar processos eleitoral em casos de vencimento de ma Colegiado poderá convidar entidades, autoridades, cientis tas e técnicos nacionais ou estrangeiros, para colaborarem do Colegiado compete: I. Representar judicial e extra-judicialmente o Colegiado; II. Presidir e coordenar os trabalhos das sessões plenárias; III. Organizar a ordem do dia; IV. Encaminhar os atos decorrentes de deliberações da plenária; V. Formalizar a composição das comissões especiais ou grupos de trabalho, designados pela plenária; VI. Delegar competências, desde que previamente submetidas à aprovação da plenária; VII. Decidir sobre questões de

ordem; VIII. Promover e praticar os atos de gestão adminis-

DECRETO № 17.317, DE 16 DE MARÇO DE 2020 - Dispõe

DECRETO № 17.317, DE 16 DE MARÇO DE 2020 - Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do Coronavirus, no Município de Santo André, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais, considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (COVID-19); considerando a Portaria nº 186/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (2019-nCoV); considerando a necessidade da manutenção da prestação dos serviços públicos, tanto quanto possível, visando causar o mínimo impacto possível, considerando que a adoção de hábitos de ligiene básicos aliado com a ampliação de rotinas de

higiene básicos aliado com a ampliação de rotinas de limpeza em áreas de circulação são suficientes para a

impeza em areas de clindado sao sulcientes para a redução significativa do potencial do contágio; considerando a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservar a saúde dos servidores públicos e munícipes em geral; considerando que o COVID-19 tem taxa de mortalidade que se eleva entre idosos e pessoas com

doenças crônicas; considerando, ainda, o que consta dos autos do Processo Administrativo nº 8.878/2020, Decreta:

Art. 1º Este decreto dispõe sobre medidas temporárias, de

proteção e prevenção, para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do Coronavírus, no Município de Santo André Art. 2º Ficam suspensos, até o dia 05 de abril de 2020, todas as atividades

suspensos, até o dia 05 de abril de 2020, todas as atividades e eventos públicos coletivos de cunho cultural, esportivo, educacional, de lazer e cursos da Escola de Ouro, que envolvam concentração e aglomeração de pessoas. Parágrafo único. A suspensão de que trata o caput deste artigo se aplica a todos os equipamentos públicos como o Museu da Casa do Olhar, Casa da Palavra, Bibliotecas, Ludoteca, Sabina, CRISA, CESAS, entre outros. Art. 3º A suspensão das aulas nas escolas ou creches municipais será realizada da seguinte maneira: 1 - suspensão gradativa entre os 16 e 20 de março de 2020, quando os pais poderão optar por deixar seus filhos nas escolas ou creches da rede pública de ensino, para que possam se adequar às medidas

giado, de suas comissões especiais ou grupos de trabalho; IX. Desempenhar outras atividades e atribuições inerentes a sua função no Colegiado. ARTIGO 12 - Ao Suplente de Coordenador compete: I. Atuar nos casos de ausências temporária ou definitiva do coordenador, assumindo com plenos poderes, suas responsabilidades e competências até o ter mino do mandato inicial ou retorno do coordenador titula inicial ou retorno do coordenador titular mino do mandato inicial ou retorno do coordenador titular. ARTIGO 13 - Ao Secretário compete: I. Secretariar as plenárias, lavrando as respectivas atas, conforme disposto no artigo 20º deste regimento: II. Expedir atos de convocação de reuniões; III. Receber e emitir correspondência; IV. Preparar e organizar as publicações deliberadas pelo Colegiado junto aos atos oficiais do município e nos demais órgãos de comunicação: V. Levantar e ordenar as informações que permitam ao Colegiado tomar as decisões previstas em lei; ARTIGO 14 - A cada membro do Colegiado compete: I. Participar e votar nas reuniões ordinárias e vistas em lei; ARTIGO 14 - A cada membro do Colegiado compete: I. Participar e votar nas reuniões ordinárias extraordinárias; II. Participar das comissões especiais e/ou grupos de trabalho; III. Requerer votação de matéria em regime de urgência; IV. Propor a criação de comissões especiais ou grupos de trabalho, bem como indicar nomes para os mesmos; V. Dar parecer sobre impugnações, desde que a função seja delegada pela plenária; VI. Deliberar sobre as propostas, pareceres e recomendações emitidos pela Coordenação Executiva, pelas comissões especiais e/ou grupos de trabalho; VIII. Requisitar à Coordenação Executiva e aos demais membros do Colegiado todas as informações que julgarem necessárias para o desempenho de suas atribuições; IX. Executar outras atividades que he sejam atribuições; IX. Executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pela plenária; X. Tratar com cordialidade e civilidade os demais membros do Colegiado; XI. Zelar pelo cumprimento e observância deste regimento, bem como pelas normas expedidas pelo Colegiado. CAPÍTULO IV - FUNCIONAMENTO. ARTIGO 15 - O Colegiado se reunirá ordinariamente em reuniões plenárias trimestrais com calendário previamente reuniões plenárias trimestrais com calendário previamente aprovado pelo Colegiado. Parágrafo Único: A plenária do colegiado se instalará por 2/3 (dois terços) de seus membros em primeira chamada; por 50% (cinqüenta por cento) mais 01 (um) de seus membros em segunda chamada, 30 (trinta) minutos após a primeira; e pelos membros que estiverem presentes em terceira chamada, 30 (trinta) minutos após a segunda chamada. ARTIGO 16 - Para deliberar sobre matéria inadiável, o Colegiado poderá realizar sessões plenárias em caráter extraordinário. Parágrafo Unico: As plenárias extraordinárias poderão ser convocadas sempre que necessário, por iniciativa do Coordenador ou sempre que necessário, por iniciativa do Coordenador ou por 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos membros do Colegiado, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, sendo que as devidas convocações deverão ser realizadas através de telegrama ou carta com comprovação de recebimento. ARTIGO 17 - A plenária do colegiado deliberrecebimento. ARTIGO 17 - A plenária do colegiado deliber-ará com 2/3 (dois terços) do total de seus membros nas matérias relativas à eleição e destituição do Ouvidor; às atribuições do Ouvidor; ao calendário eleitoral; as impug-nações de candidaturas e à alteração deste regimento. Parágrafo Primeiro: A plenária do colegiado deliberará com a maioria simples de seus membros presentes nas demais matérias. Parágrafo Segundo: A votação será nominal, tendo cada membro direito a um voto. Parágrafo Terceiro: Os votos divergentes poderão ser expressos em ata de reunião. a divergentes poderão ser expressos em ata de reunião, a pedido do membro que proferiu. Parágrafo Quarto: Não será permitido voto por procuração. ARTIGO 18 - Os trabalhos de plenária terão a seguinte sequência: I. Verificação de pre sença e de existência de quórum para instalação da reunião, através das assinaturas em lista de presença; II. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior: III. Aprovação da sentes; VII. Encerramento. ARTIGO 19 - A deliberação das matérias sujeitas à votação obedecerá à seguinte ordem: I. O Coordenador dará palavra ao propositor do tema ou relator, que apresentará seu parecer, escrito ou oral; II. Terminada a exposição, a matéria será posta em discussão; e encerrada a discussão, far-se-á a votação. ARTIGO 20 - A cada reunião será lavrada uma ata, à qual deverá ser lida, aprovada e assinada pelos membros da Coordenação Executiva e demais que estiverem presentes. CAPITULO V DISPOSIÇÕES FINAIS. ARTIGO 21 - O mandato da Coordenação Executiva coincidirá com o mandato do Colegiado. ARTIGO 22 - O não cumprimento dos incisos X e XI, do artigo 14º, poderão motivar sanções disciplinares. Colegiado. ARTIGO 22 - O não cumprimento dos incisos X e XI, do artigo 14º, poderão motivar sanções disciplinares. Parágrafo Primeiro - As sanções disciplinares poderão ser: a) Advertência por escrito; b) Afastamento temporário; c) Afastamento definitivo. Parágrafo Segundo: As sanções disciplinares serão definidas pela Coordenação Executiva de acordo com a gravidade da infração. Parágrafo Terceiro: Não será admitido o retorno como membro, âquele que anteriormente já tenha histórico de mau comportamento ou indisciplina no Colegiado. ARTIGO 23 - Os casos não previstos neste regimento deverão ser submetidos à apreciação do Colegiado. ARTIGO 24 - Este regimento será publicado nos atos oficiais do municíojo, para produzir seus efeitos legais. atos oficiais do município, para produzir seus efeitos legais, de acordo com o artigo 34º da Lei Municipal 10.257 de 02 de Dezembro de 2019. COLEGIADO DA OUVIDORIA DA CIDADE DE SANTO ANDRÉ - Março de 2020

trativa necessários ao desempenho das atividades do cole-

dia 05 de abril de 2020, sem prejuízo da remuneração. §1º A condição prevista no caput deste artigo dependerá de com-provação por meio de relatório médico. §2º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos servidores da área da Saúde. Art. 5º Ficam canceladas as férias e licenças-prêmio Saúde. Art. 5º Ficam canceladas as férias e licenças-prêmio de servidores municipais, pertencentes à área da Saúde, para fortalecimento do funcionamento e atendimento da rede municipal de saúde pública decorrente do Coronavírus. Art. 6º Fica facultado à chefia, após anuência do secretário ou superintendente da pasta, no período de 16 de março a 05 de abril de 2020, autorizar ao servidor o exercício remoto de suas funções, através de "home office", desde que seja nossível o efetivo desempenho de suas funções e não cause possível o efetivo desempenho de suas funções e não cause prejuízo ao serviço público. Art. 7º Todos os órgãos da administração municipal deverão intensificar a higienização dos mobiliários que quarnecem seus locais de trabalho, com dos mobiliarios que guarnecem seus locais de trabalho, com produtos adequados, devendo manter limpos os ambientes de uso coletivo. Art. 8º Os secretários e superintendentes municipais, da Administração Direta e Indireta, deverão adotar as providências necessárias em seus respectivos âmbitos, visando à suspensão temporária de realização de eventos com intuito de reduzir a circulação de pessoas e aglomerações. Art. 9º Serão realizadas campanhas educativas nos parques municipais escolas e Unidades de Saúrle vas nos parques municipais, escolas e Unidades de Saúde com distribuição de materiais informativos acerca do Coronavírus, higiene e cuidados pessoais. Art. 10. Fica recomendado aos demais poderes, órgãos ou entidades autônomas, bem como ao setor privado, do Município de Santo André: I - a suspensão de realização de eventos e sessões em locais que gerem aglomeração de pessoas, tais como cinemas, buffets, casas de show, clubes, igrejas, templos, entidades religiosas, instituições, entre outros; II - reforço nas medidas de higienização e disponibilização de álcool gel para os usuários, em locais de grande circulação de pessoas, tais como. shopping centers, bares, restaucom distribuição de materiais informativos acerca do de pessoas, tais como, shopping centers, bares, restaurantes, marcados e comércio em geral; III - reforço nas medidas de higienização interna nos veículos das empresas de das de higienização interna nos veículos das empresas de transporte coletivo; IV - redução das visitas externas nas casas de repouso, asilos e congêneres, na medida do possível, com intensificação das medidas de higiene dos visitantes e funcionários. Art. 11. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de março de 2020. Prefeitura Municipal de Santo André, 16 de março de 2020. Paulo Serra - Prefeito Municipal - Márcio Chaves Pires - Secretário de Saúde - Caio Costa e Paula - Secretário de Assundos Jurídicos - Registrado e diritato da Casulos -Secretário de Assuntos Jurídicos - Registrado e digitado na

Enc. de Expediente e dos Atos Oficiais, na mesma data e publicado. Ana Claudia Cebrian Leite - Chefe de Gabinete

Secretaria de Inovação e Administração. Portaria(s) assinada(s) pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Santo André. Aposentar: Port. n.º 280.03.2020, a partir da data da publicação deste ato, Maria Oliveira da Silva Lopes, Lactarista, com os proventos mensais correspondentes ao tempo proporcional a 4.331 (quatro mil, trezentos e trinta e um) dias de contribuição, conforme Processo Administrativo 1.º 4.768/2020. Aposentar, a pedido, a partir da data da pub icação deste ato, com os proventos mensais correspon-dentes aos vencimentos integrais: Port. n.º 258.03.2020 angela Colloca Carrion, do cargo de Odontólogo, conforme Processo Administrativo n.º 42.161/2019; Port. n.º 259.03.2020 Aparecida Pereira da Silva, do cargo de Recepcionista Hospitalar, conforme Processo Administrativo n.º 21.220/2019; Port. n.º 261.03.2020 Carlos da Costa, do cargo de Agente de Lazer, conforme Processo Administrativo n.º 2.369/2020; Port. n.º 262.03.2020 Carlos cargo de Agente de Lazer, conforme Processo Administrativo n.º 23.089/2020; Port. n.º 262.03.2020 Carlos Oliveira de Araujo, do cargo de Serralheiro, conforme Processo Administrativo n.º 25.158/2019; Port. n.º 263.03.2020 Catarian Donizeit de Souza, do cargo de Auxiliar de Enfermagem, conforme Processo Administrativo n.º 45.197/2019; Port. n.º 265.03.2020 Elias Bezerra da Silva, do cargo de Motorista, conforme Processo Administrativo n.º 2.366/2020; Port. n.º 266.03.2020 Elias Bezerra da Silva, do cargo de Motorista, conforme Processo Administrativo n.º 2.366/2020; Port. n.º 266.03.2020 Eliasbeth Pimentel Gonçalves Ribeiro, do cargo de Auxiliar de Enfermagem, conforme Processo Administrativo n.º 874/2020; Port. n.º 276.03.2020 Elfí Vahlóick, do cargo de Agente de Trânsito e Transporte Municipal, conforme Processo Administrativo n.º 368.03.2020 Eufrasio Carlos de Souza, do cargo de Agente de Saúde, conforme Processo Administrativo n.º 30.849/2019; Port. n.º 269.03.2020 Genesio de Mattos, do cargo de Encanador, conforme Processo Administrativo n.º 861/2020; Port. n.º 270.03.2020 Jairo Alves Rodrigues, do cargo de Biomédico, conforme Processo Administrativo n.º 40.392/2019; Port. n.º 271.03.2020 José Osouza Neto, do cargo de Rios de Obras Particulares, conforme Processo Administrativo n.º 43.324/2019; Port. n.º 272.03.2020 José Ivanildo Beltrão, do cargo de Fiscal de Obras Particulares, conforme Processo Administrativo n.º 43.324/2019; Port. n.º 272.03.2020 de Segurança Patrimonial, conforme Processo Administrativo n.º 43.326/2019; Port. n.º 47.03.2020 José Nunes de Oliveira, do cargo de Segurança Patrimonial, conforme Processo Administrativo n.º 43.326/2019; Port. n.º 47.03.2020 José Nunes de Oliveira, do cargo de Segurança Patrimonial, conforme Processo Administrativo n.º 43.326/2019; Port. n.º 43.326/2019; P Nunes de Oliveira, do cargo de Segurança Patrimonial, con-forme Processo Administrativo n.º 43.326/2019; Port. n.º 274.03.2020 Luciana Lessa Simões, do cargo de Arquiteto, conforme Processo Administrativo n.º 37.066/2019; Port. n.º 277.03.2020 Luiz Yamashitafujii, do cargo de Médico, conforme Processo Administrativo n.º 43.328/2019; Port. n.º 279.03.2020 Maria Ceclila Bertrami, do cargo de Psicólogo, conforme Processo Administrativo n.º 2.362/2020; Port. n.º 281.03.2020 Maria Rosa dos Santos Fernandes, do cargo de Servente Geral, conforme Processo Administrativo n.º 30.830/2019; Port. n.º 282.03.2020 Marivalda Fátima da Silva do cargo de Auviliar de Enfermagea conforme 30.530/2019; Port. n.º 22.03.2020 Martivator Fatilità da Silva, do cargo de Auxiliar de Enfermagem , conforme Processo Administrativo n.º 34.741/2019; Port. n.º 283.03.2020 Marli Veloso, do cargo de Auxiliar de Enfermagem, conforme Processo Administrativo n.º 876/2020; Port. n.º 284.03.2020 Marta Roberta Barbosa Virgillio, do cargo de Agente de Trânsito e Transporte Municipal, conforme Processo Administrativo n.º 891/2020; Port. n.º 285.03.2020 Mirgins Carbos de Carcelho de cargo de Agente de Carcelho de cargo de Agente de Carcelho de cargo de Agente de Carcelho de cargo de Carcelho de Carcelho de Carcelho de Carcelho de Carcelho d L. II.- 200.U3.2U2U Miriam Santos de Carvalho, do cargo Auxiliar de Enfermagem, conforme Processo

Secretaria de Assuntos Jurídicos - Gerência de Compra Secretaria de Assuntos Jurídicos - Gerência de Compras e Licitações II - Adjudicação e Homologação - Processo nº 14.205/2019 - Pregão Presencial - Edital nº 567/2019 - Reprogramado - Objeto: Aquisição de 01 (um) rolo compactador. Adjudicação e Homologação do certame para Amplytude Equipamentos Rodoviários Eireli ME: item 01 - R\$ 377.800,00, perfazendo o valor total de R\$ 377.800,00. Processo nº 7.260/2018 - Concorrência - Edital nº 568/2019 - Objeto: Concorrência para a seleção da proposta mais · Objeto: Concorrência para a seleção da proposta mais vantajosa para projeto de viabilidade, para produção de empreendimento de uso misto institucional e habitaciona de interesse social em área pública com posterior contratação pela CAIXA, visando a elaboração e aprovação de projeto executivo, execução da obra de engenharia e comercialização das unidades habitacionais, com transfer ência dos direitos patrimoniais relacionados, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) para faixas 1,5 e 2, financiados com recursos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no Município de Santo André. Adjudicação e Homologação do certame para Construtora Sousa Araújo Ltda., com nota de 116,17 pontos. Inexigibilidade - Autorizo e Ratifico a Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no Artigo 25, Inciso I, da Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 e alterações, tratada em processo administrativo nº 38.162/2019, para contratação da empresa Indumed Comércio Importação e Exportação da empresa Indumed Comércio Importação e Exportação de Produtos Médicos Ltda., visando o fornecimento parcelado de produtos para a saúde, pás descartáveis para desfibrilador da marca ZOLL destinado ao SAMU para o desinhidor da marca 20LL, destinado ao SAIMO, para o período de 12 meses, ao valor total de R\$ 359.150,00. Comunicado - Processo nº 50.876/2017 - Concorrência - Edital nº 576/2019 - Objeto: Execução de Obras de Urbanização do Núcleo Santa Cristina - Etapa 02 - no Município de Santo André. Comunicamos aos interessados a referida licitação adiada "sine die". Santo André 16 de março de 2020

Secretaria de Assuntos Jurídicos. Gerência de Compras e Licitações - I. Adjudicação e Homologação. Edital 073/19 - SAJ. Pregão Presencial. Proc. 9046/2019. Objeto: Aquisição de uniformes e EPI's destinados aos profissionais do SAMU 192 e jaquetas de cordura destinadas aos Agentes de Trânsito, com entrega única, conforme escrições e quantidades contidas no Anexo II. Adjudicação descrições e quantidades contidas no Anexo II. Adjudicação e homologação do certame para fornecimento dos itens e respectivos preços unitários conforme segue: a) Calçados Kallucci de Franca Ltda - EPP, para o item e valor unitário respectivo: item 004 - R\$ 421,00, perfazendo o total geral de R\$ 218.920,00; b) Cavirelu Confecções de Uniformes Ltda - ME, para os itens e valores unitários respectivos: item 002 - R\$ 347,00; item 003 - R\$ 158,90; item 007 - R\$ 175,50; item 008 - R\$ 33,80 e item 009 - R\$ 655,00, perfazendo o total geral de R\$ 259.907,00; c) Comercial Thialli Ltda - EPP, para os itens e valores unitários respectivos: item 006 - R\$ 214,00; item 011 - R\$ 141,00 e item 013 - R\$ 921,00, perfazendo o total geral de R\$ 66.260,00; d) M.A.S. Materiais e 214,00; item 011 - R\$ 141,00 e item 013 - R\$ 921,00, per-fazendo o total geral de R\$ 66.260,00; d) M.A.S. Materiais e Roupas Profissionais Ltda - EPP, para os itens e valores unitários respectivos: item 001 - R\$ 53,00; item 005 - R\$ 24,00; item 010 - R\$ 163,90 e item 012 - R\$ 170,50, per-fazendo o total geral de R\$ 51.544,00. Restou fracassado o item 14 por alto custo. Edital 006/20 - SAJ. Pregão Presencial. Proc. 38654/2019. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de recarga e manutenção de extintores de incêndio destinados às diversas áreas da PMSA conforme descrição e quantidades do Anexo II. Adjudicação e Homologação do certame conforme segue: Extintores Brasil Eireli - EPP, ao valor global de R\$ 69.000,00.

Secretaria de Educação - Extrato do 2º Aditivo ao Termo de Parceria 001/2018. Objeto: Desenvolvimento, gerencia nento, operacionalização e execução de ações comple nentares junto aos estabelecimentos educacionais do Município pertencentes aos Centros Educacionais de Santo André - CESAs, com ênfase na formação continuada d rede de educação municipal. OSCIP: Instituto SEEMA Saúde, Educação, Esporte e Meio Ambiente, Vigência: 12 meses a contar de 12/03/2020. Signatários: Ailton de Jesus Teixeira, Presidente da OSCIP e Dinah Kojuck Zekcer Secretária de Educação. Valor: R\$ 4.372.901,94. Data da assinatura: 12/03/2020.

Secretaria de Segurança Cidadã - Portarias assinadas pelo Sr. Secretário - José Roberto Crisóstomo: PORT. 36.03.2020 - P.A. 898/2020. PORT. 37.03.2020 - P.A. 8536/2020 e PORT. 38.03.2020 - P.A. 8534/2020.

Administrativo n.º 885/2020; Port. n.º 287.03.2020 Pedro Vergilio, do cargo de Mecânico de Autos, conforme Processo Administrativo n.º 42.170/2019; Port. n.º 288.03.2020 Rosana Coelho Pina, do cargo de Auxiliar Administrativo III, conforme Processo Administrativo n.º 2.368/2020; Port. n. 289.03.2020 Rosemari Ribeiro de Lima Fragoso, do cargo de Psicólogo, conforme Processo Administrativo n.º 40.389/2019; Port. n.º 290.03.2020 Sonia Maria Apati Gorte do cargo de Auxiliar Administrativo I, conforme Processo Administrativo n.º 41.073/2019; Port. n.º 291.03.2020 Walte Wagner D'Agostino, do cargo de Segurança Patrimonial conforme Processo Administrativo n.º 42.165/2019 Aposentar, a pedido, a partir da data da publicação dest ato, as respectivas Serventes Gerais, com os provento ato, as respectivas Seriventes Gerais, cóm os proventos mensais correspondentes ao tempo proporcional: Port. n.º 260.03.2020 Arlieia Ferreira dos Santos, de 3.754 (três mil, setecentos e cinquenta e quatro) días de contribuição, conforme Processo Administrativo n.º 45.194/2019; Port. n.º 264.03.2020 Edna Alves de Carvalho, de 3.862 (três mil, oitocentos e sessenta e dois) días de contribuição, conforme Processo Administrativo n.º 45.187/2019; Port. n.º 278.03.2020 Maria Aparecida Lima da Silva, de 4.120 (quatro mil, cento e vinte) días de contribuição, conforme Processo Administrativo n.º 43.327/2019; Port. n.º 286.03.2020 Odete Lopes da Cruz, de 3.756 (três mil, setecentos e cinquenta e seis) días de contribuição, conforme Processo Administrativo n.º 43.327/2019. Port. n.º 286.03.2020 Odete Lopes da Cruz, de 3.756 (três mil, setecentos e cinquenta e seis) días de contribuição, conforme Processo Administrativo n.º 46.590/2019. Aposentar, a pedido, a partir da data da publicação deste ato, com os proventos mensais calculados com base no parágrafo 3º do artigo 40 da Constituição Federal e artigo 1º da lei nº 10.887/2004, reajustados nos moldes previstos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal e artigo 1º da lei nº 10.887/2004, reajustados nos moldes previstos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal e nos termos da Emenda Constitucional nº 41: Port. n.º 275.03.2020 Luiz Antonio Gasparello, Médico, conforme Processo Administrativo n.º 32.805/2019; Port. nº 276.03.2020 Luiz Henrique Ferreira, Técnico em Radiologia, conforme Processo Administrativo n.º 34.740/2019. Portaria(s) assinada(s) pela Secretaria de Inovação a Administração de Santo André. Revogar, a partir de 17 do corrente: Port. n.º 233.03.2020, a Portaria n.º 2038.06.2017-SIA que designou Carlos da Costa, Agente de Lazer, para exercer a função gratificada de Agente de Trânsito e Multicipal, para exercer a função gratificada de Agent mensais correspondentes ao tempo proporcional: Port. n. 260.03.2020 Arileia Ferreira dos Santos, de 3.754 (três mi de março de 2020 - Fernando Buissa de Barros Gol Secretário - Secretaria de Inovação e Administração.

PORTARIA № 034, DE 16.03.2020 - GABINETE - Processo Administrativo nº 47.078/2013. O Senhor Prefeito do Município de Santo André do Estado de São Paulo, no uso Municipio de Santo Andre do Estado de Sao Paulo, no uso e gozo de susa atribuições legais, e em conformidade com o art. 9º do Decreto Municipal nº 15.780, de 11 de agosto de 2008, Resolve: Art. 1º Nomear os seguintes membros do Conselho Deliberativo da Fundação de Assistência à Infância de Santo André - FAISA, gestão 2020/2021: 1 -Representantes dos servidores da Fundação de Assistência à Infância de Santo André - FAISA: Roseli Assistencia a initancia de Santo Andre - FAISA: Roseil Souza Godinho, como titular e Lucia Inácio, como suplente. II - Representantes do Conselho Municipal de Saúde: Benedito Candido Peres Filho, como titular e Wilson Scarizza, como suplente. III - Representantes do Podet Executivo: Tércio Teixeira, Claudia Nemer Moreira e Victor Oliveiro Chianante, como titulares Apareida Munici Oliveira Chiavegato, como titulares; Aparecida Muniz Zanella, Carla Seguim Moreira Watacabe e Raquel Marchi, Zanella, Carla Seguim Moreira Watacabe e Raquel Marchi, como suplentes. IV - Representantes do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente: Janete Regina Figueiredo Gomes, como titular e Bárbara Coelho Campos, como suplente. Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2020. Prefeitura Municipal de Santo André, em 16 de março de 2020. Paulo Serra - Prefeito Municipal

Convocações

PORTES GERAIS DE CARGAS Geral de 2019, demonstração da DE SÃO CAETANO DO SUL conta "Sobras e Perdas", parecer

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

cação da Assembléia Geral Ordinária de 27 de março de 2020 em 1a, 2ª e 3ª convocações. De 4º-Assuntos gerais de in

ocações as 09h00min e 10h00min Santo André, 13 de março de 2020. spectivamente do mesmo dia, em ossa sede social sito a Avenida dos

do Conselho Fiscal e deliberação do resultado do exercício de 2019

bras ou rateio do déficit:

3º-Eleição do Conselho Fis

cal para o exercício de 2020

2º-Destinação

teresse

Estados, 2171 — Vila Metalúrgica
em Santo André — SP. Para debater
a seguinte "ORDEM DO DIA".

▼ SEMASA

SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ - SEMASA DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

assinada pelo Senhor Superintendente - Engo Ricardo da Silva Kondratovich EXONERAR CARGO EM COMISSÃO A PARTIR DE 16/03/2020 184/03/2020 - ANDERSON VILANI RAMICELLI

RG Nº 21.828.514-0 ASSISTENTE DE DIRECÃO II DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL

Servico Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André, em 17 de Março de 2020. ROBSON DE ALMEIDA COSTA Diretor de Departamen

Editais Forenses

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS.PROCESSO Nº 1003027 | EDITAL DE CITAÇAO - PRAZO DE 30 DIAS.PROCESSO Nº 100302797 97.2019.8.26.0554 O MM. Juiz de Direito da 1º Vara Civel, do Foro de Santo André, Estado de São Paulo, Dr. EDMUNDO LELLIS FILHO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ADEMIR ROMUALDO, Brasileiro, Casado, RG 339507960. CPP 213.273.758-42, com endereço à Rua Joao Bizarro da Nave, 87, Vila Diva (zona Leste), CEP 03351-100, São Paulo -SP, que lhe foi proposta uma ação de Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança por parte de Dimas Donizete Suppioni, do imóvel na Avenida Utinga, 280- Aplo 01 em Santo André, e a cobrança de 185. 144.000.00 atualizado até 0/2/011 - Froontrando-so o reiu em Junar R\$ 144.000,00 atualizado até 02/2019. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para incerto e não sabido, to determinada a sua CITAÇAO, por EUTIAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo deste edital, apresente contestação ou peça a purgação da mora. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santo André, aos 10 de março, 2020.

passado nesta cidade de Santo André, aos 10 de março, 2020.

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1009993. T3 2018.8.26.0554 Classe: Assunto: Monitória - Prestação de Serviços Requerente: Fefisa Centro Educacional João Ramalho Itda Requentór Robson de Carvino Educacional João Ramalho Itda Requentór Robson de Carvino Edital De CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO N° 1009993-13.2018.62.60554 (0/A) MM. Juiz(a) de Direito da 7º Vara Civel, do Foro de Santo André, Estato de São Paulo, Dría, Marcio Bonetti, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ROBSON DE CARVALHO (RG nº 49.419.681-6/S e CPF nº 421.420.684-6/S) que FEFISA - CENTRO EDUCACIONAL JOÃO RAMALHO LTDA lhes ajuizou uma Ação Monitória para cobrança da quantia de R\$ 11.507.15, referente a inadimplência de mensalidades relativas aos serviços educacionais prestados pela autora. Estando o réu em lugar ignorado, expede-se o presente edital, para que em 15 dias, a fluir os 20 días supra, pague o débito (acrescido de 5% de honorários advocaticiós e isenção de custas) ou ofereça embargos. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santo André, aos 30 de setembro de 2019.

Avisos

A ASSTEFIL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE FILTROS

EIRELI torna público que requereu ao Semasa, a Licença

Ambiental PREVIA DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO, para

OPERAÇÃO DE COMERCIO E INDUSTRIA e declara

aberto o prazo de 30 dias para manifestação escrita endereçada ao Semasa

acordo com o Estatuto Social, conocamos para Assembléia Geral - **Quorum** para instalação da Assem Ordinária que se realizará no dia bléia, conforme artigo 22º do Estatu 27 de março de 2019, em 1ª con- to Social. O número de Associados ocação as 08h00min, 2ª e 3ª con- nesta data é de 22 (vinte e dois)

Anuncie Aqui

Ligue:

4435-8159

4435-8000

Para Assinar

Ligue: 4435-8010

DIÁRIO DO GRANDE ABC

DIÁRIO DO GRANDE ABC

optar por deixar seus filhos nas escolas ou creches da rede pública de ensino, para que possam se adequar às medidas temporárias de prevenção previstas neste decreto; II - sus-pensão total entre os dias 23 de março e 03 de abril de 2020, como medida de proteção e resguardo dos alunos. Parágrafo único. As faltas durante o período de suspensão, gradativa e total, não serão registradas. Art. 4º Os servidores públicos com idade a partir de 60 (sessenta) anos, as ges-tantes, aqueles portadores de doenças crônicas, doenças imunossuprimidas serão afastados das suas funções até o DIÁRIO DO GRANDE ABC ASSINANTE

Faça parte do ciclo de negócios do Diário do Grande ABC. Ao adquirir a assinatura do jornal você tem a oportunidade de participar do Clube do Assinante e, com isso, falar com 218 mil leitores ávidos por consumir produtos e serviços na região em que moram ou trabalham.

VEJA COMO É SIMPLES:

- Assine o Diário do Grande ABC por um valor superespecial*
- Escolha um produto ou serviço do seu estabelecimento para anunciar. Aproveite para divulgar "aquela" promoção que já é um sucesso!
- Receba o Diário do Grande ABC no endereço de sua preferência, saiba o que acontece na sua região, no seu bairro e compartilhe esta informação com seus clientes.
- Acompanhe a divulgação do seu estabelecimento no Diário do Grande ABC e seja visto por novos consumidores.
 - Aumente suas vendas e mantenha-se informado.

SAIBA COMO PARTICIPAR: (11) 4435-8105 OU (11) 4435-8077

DIÁRIO DO GRANDE ABC